

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, fevereiro de 2011

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO							
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>							
	Nota	2010	2009 (Reclassificado)		Nota	2010	2009 (Reclassificado)
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		66.057	41.141	Passivo Circulante		102.498	87.801
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.f	135	97	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6	56.521	49.519
Empréstimos e Recebíveis		59.709	38.841	Provisões	7	1.797	1.563
Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	4	55.678	36.038	Passivos Fiscais		25	838
Ativos Financeiros com Clientes		4.031	2.803	Correntes		25	838
Créditos Tributários		6.213	2.203	Outras Obrigações	9	44.155	35.881
A Correntes		6.213	2.203	Passivo não Circulante		16.998	16.947
Ativo não Circulante		105.654	103.358	Provisões	7	16.998	16.947
Empréstimos e Recebíveis		88.983	90.397	Total do Passivo		119.496	104.748
Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	4	88.983	90.397	Patrimônio Líquido		61.153	52.828
Créditos Tributários		7.408	6.909	Capital Social		35.879	35.879
Diferidos	8.b	7.408	6.909	Reservas de Lucros		16.336	3.872
Outros Ativos		7.351	5.930	Total do Patrimônio Líquido	10	52.215	39.751
Ativo Tangível	5	1.912	122	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		171.711	144.499
Total do Ativo		171.711	144.499				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>						
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2009		35.879	113	3.678	-	39.670
Lucro Líquido		-	-	-	1.611	1.611
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	81	-	(81)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(1.530)	(1.530)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		35.879	194	3.678	-	39.751
Lucro Líquido		-	-	-	16.346	16.346
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	817	-	(817)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(2.360)	(2.360)
Dividendos	10.b	-	-	-	(1.522)	(1.522)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	11.647	(11.647)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		35.879	1.011	15.325	-	52.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO						
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>						

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Isban Brasil S.A. (Isban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informática, software, programas e todo tipo de produtos e serviços afins e prestação de serviços de telecomunicações, serviços de hospedagem gerenciada e armazenamento eletrônico de dados, prestação de serviços de processamento de dados, serviços conexos de exploração de conteúdos para acesso on-line, internet entre outros, serviços relacionados às atividades de consultoria, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação utilizados pelas empresas do Santander na América Latina e a participação no capital de outras sociedades no país e no exterior.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade, sendo 1 de janeiro de 2009 a data de adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). A Administração avaliou os ativos e passivos na data de transição, sendo que as estimativas e práticas contábeis utilizadas não apresentaram efeitos no balanço de abertura e são consistentes com as demonstrações e critérios do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 22 de fevereiro de 2011.

O resultado e a posição financeira da Isban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com passivos contingentes e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para os funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidades que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento, os quais por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação estimadas).

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Ativos Financeiros com Instituições de Crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras;
- "Instrumentos de Dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural;
- "Instrumentos de Patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica;

• "Ativos Financeiros com Clientes": inclui todos os demais créditos com natureza de ativos financeiros em nome de clientes; e

• "Derivativos": inclui o valor justo dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma de vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo da entidade dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting; e
- "Passivos Financeiros ao Custo Amortizado": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Isban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma restrição no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

d) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

e) Outras Obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

f) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos

contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

A Isban, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil), comprometeu-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte.

As obrigações pós-emprego da Isban com seus funcionários são consideradas como "planos de contribuição definida", nos quais a Isban realiza contribuições predeterminadas (reconhecidas na rubrica "despesas com pessoal" na demonstração do resultado) a uma entidade separada, a Isban não terá nenhuma obrigação legal ou efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder pagar os benefícios aos funcionários relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. Obrigações pós-emprego que não atendam às condições mencionadas anteriormente são classificadas como "planos de benefício definido".

Planos de Contribuição Definida

As contribuições efetuadas nesse sentido a cada exercício são reconhecidas sob a rubrica "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, sob a rubrica "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

A Isban reconhece sob a rubrica "outras provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial (quando aplicável) o valor presente de suas obrigações pós-emprego de benefício definido, líquido do valor justo dos ativos do plano e dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos cumulativos não reconhecidos divulgados na avaliação dessas obrigações, as quais são diferidas utilizando-se o método do corredor, e líquido do custo de serviços passados, que é diferido ao longo do tempo, conforme explicado a seguir.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que atendam às seguintes condições:

- Não sejam de propriedade da entidade, mas de um terceiro legalmente desvinculado que não seja uma parte relacionada da Isban; e
- Somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos à entidade, a menos que os ativos que permaneçam no plano sejam suficientes para satisfazer todas as obrigações do plano e da entidade no tocante aos benefícios de atuais e ex-funcionários ou para reembolsar benefícios a funcionários já pagos pela Isban.

Ganhos e perdas atuariais são definidos como aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais.

A Isban utiliza, plano a plano, o método do corredor e reconhece na demonstração consolidada do resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais cumulativos não reconhecidos ao início de cada exercício que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano ao início do exercício.

O custo de serviços passados, que decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente: definido como o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - sob a rubrica "despesas com pessoal";
- Custo de juros: definido como o aumento, durante o exercício, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - sob a rubrica "receitas (despesas) financeiras". Quando as obrigações são apresentadas no passivo do balanço patrimonial consolidado, líquidas dos ativos do plano, o custo dos passivos reconhecidos na demonstração do resultado refere-se exclusivamente às obrigações reconhecidas como passivos;
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano, sob a rubrica "receitas (despesas) financeiras"; e
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados, sob a rubrica "provisões (líquidas)" na demonstração do resultado.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j) Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas

A Isban não possui itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas e portanto esta não foi apresentada.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

	2010	2009
4. Ativos Financeiros com Instituições de Crédito		
Classificação/ Tipo:		
Aplicações em Operações Compromissadas com Partes Relacionadas (Nota 17.1)	89.198	112.134
Certificados de Depósitos Bancários - CDB com Partes Relacionadas (Nota 17.1)	40.203	-
Depósitos Judiciais	15.089	14.301
Outras Contas	171	-
Total	144.661	126.435

	2010			2009		
5. Ativo Tangível	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total	
Composição:						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	191	(8)	183	57	(4)	53
Sistemas de Processamento de Dados	1.802	(73)	1.729	119	(50)	69
Total	1.993	(81)	1.912	176	(54)	122

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

	2010			2009		
Variações:	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	176	(54)	122	468	(64)	404
Adições	1.819	-	1.819	18	-	18
Depreciação	-	(28)	(28)	-	(30)	(30)
Alienações	(2)	(1)	(3)	(310)	40	(270)
Saldo no Final do Exercício	1.993	(81)	1.912	176	(54)	122

	2010	2009
6. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		
Serviços de Terceiros - Sistemas	45.218	42.360
Impostos e Contribuições sobre Salários	5.002	4.435
Dividendos a Pagar (Nota 17.1)	3.528	1.300
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	2.773	1.424
Total	56.521	49.519

7. Provisões

a) Movimentação das Provisões

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
b) Impostos Diferidos

Natureza e Origem:	2009	Constituição	Realização	2010
Provisão para Contingências	2.880	570	(552)	2.898
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.862	8.480	(7.990)	7.352
Outras Provisões e Ajustes Temporárias	620	97.898	(82.623)	15.895
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	10.362	106.948	(91.165)	26.145
Créditos não Registrados ⁽¹⁾	(3.453)	83.159	(98.443)	(18.737)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	6.909	190.107	(189.608)	7.408
Natureza e Origem:	2008	Constituição	Realização	2009
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.834	-	(1.834)	-
Provisão para Contingências	2.945	997	(1.062)	2.880
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	3.046	6.356	(2.540)	6.862
Outras Provisões e Ajustes Temporárias	167	463	(10)	620
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	7.992	7.816	(5.446)	10.362
Créditos não Registrados ⁽¹⁾	(7.992)	(69)	4.608	(3.453)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	-	7.747	(838)	6.909

⁽¹⁾ O montante será registrado contabilmente a partir do momento em que a Isban atenda todas as premissas previstas na legislação em vigor, para o registro do crédito tributário.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	2010
2011	1.139
2012	6.269
Total	7.408

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

9. Outras Obrigações

	2010	2009
Pagamentos a Efetuar de Salários e Outros Benefícios a Empregados	43.222	35.408
Valores a Pagar de Incentivo Desempenho (Nota 17.f)	246	91
Provisão para Outros Pagamentos	687	382
Total	44.155	35.881

10. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009, totalmente subscrito e integralizado é composto por 12.812 mil ações, nominativas e sem valor nominal (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais) todas de domiciliados no exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da sociedade.

Em dezembro de 2010, foram destacados dividendos no valor de R\$1.522 (R\$113,213 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$124,535 em reais por lote de mil ações preferenciais) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$2.360 (R\$175,506 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$193,057 em reais por lote de mil ações preferenciais e R\$149,180 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$164,098 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações preferenciais), relativo ao lucro apurado no exercício de 2010, imputados integralmente aos dividendos obrigatórios.

Em dezembro de 2009, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio de acordo com o título VI do Estatuto Social da Isban, no valor de R\$1.530 (R\$113,744 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$125,119 em reais por lote de mil ações preferenciais e R\$96,683 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$ 106,351 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações preferenciais), correspondente a totalidade do saldo remanescente do lucro apurado no exercício de 2009.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reservas Estatutárias

Limitada a 50% do valor do capital social, com a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

11. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receita de prestação de serviços com partes relacionadas (Nota 17.f).

12. Custo dos Serviços Prestados

Refere-se, principalmente, a custos de serviços prestados por terceiros no desenvolvimento de sistemas.

13. Despesas com Pessoal

	2010	2009
Remuneração ⁽¹⁾	134.833	109.132
Encargos	41.812	33.929
Benefícios ⁽²⁾	21.444	17.258
Treinamento	1.570	1.765
Total	199.659	162.084

⁽¹⁾ Inclui remuneração com base em ações.

⁽²⁾ Inclui valores com fundo de pensão.

Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander Brasil estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos. Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha) de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas. No período findo em 31 de dezembro de 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$456 (2009 - R\$255).

14. Despesas Administrativas

	2010	2009
Aluguéis	1.485	1.070
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.681	4.105
Viagens	758	388
Transportes	1.852	1.767
Outras	2.508	1.441
Total	9.284	8.771

15. Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros

Em 2010, refere-se basicamente, ao resultado de ativos não correntes mantidos para venda de bens recebidos nos processos de recuperação de crédito com clientes, líquida da provisão de valor recuperável destes bens e em 2009 a resultado na venda de ativo tangível.

16. Receitas (Despesas) Financeiras

	2010	2009
Rendas de Títulos de Renda Fixa (nota 17.f)	8.656	4.337
Ativos Financeiros com Instituições de Crédito (Nota 17.f)	704	3.775
Variação Monetária e Juros sobre Receitas Fiscais	693	915
Outras	164	40
Total	10.217	9.067

17. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2010, aprovou a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2010, no montante global de até R\$1.700 (2009 - R\$2.500).

b) Benefícios de Longo Prazo

A Isban, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 13).

c) Benefícios de Curto Prazo
Salários e Honorários do Conselho de Administração e

Diretoria Executiva	2010	2009
Remuneração Fixa	722	661
Remuneração Variável	1.000	1.013
Outras	318	44
Total	2.040	1.718

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Isban é controlada pelo Grupo Empresarial Santander, S.L., com sede na Espanha, a qual é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha que possui participação acionária direta de 12.812 mil ações (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais), equivalentes a 100% do capital social.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	2010	2009
Ativo		
Disponibilidades	135	97
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	135	97
Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	129.401	112.134
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	129.401	112.134
Outros Ativos	315	-
Gesban Santander Servicios		
Profesionales Contables Limitada		
Outras Partes Relacionadas	87	-
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	228	-
Passivo		
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(3.528)	(1.300)
Grupo Empresarial Santander, S.L.		
Controladora	(3.528)	(1.300)
Outras Obrigações	(246)	(91)
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	(246)	(91)
Resultado		
Receitas (Despesas) Financeiras	9.360	8.112
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	9.360	8.112
Despesas Administrativas	(1.315)	(5.342)
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	(496)	-
Universia Brasil, S.A.		
Outras Partes Relacionadas	(2)	-
Ingeniería de Software Bancario, S.L.		
Outras Partes Relacionadas	(817)	(4.212)
Banco Santander - Chile		
Outras Partes Relacionadas	-	(1.130)
Receitas de Prestação de Serviços ⁽¹⁾	421.991	366.828
Banco Santander Brasil		
Outras Partes Relacionadas	419.847	366.618
Outras	2.144	210

⁽¹⁾ Referem-se a desenvolvimento e manutenção de sistemas e projetos de infraestrutura.

18. Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente
Reginaldo Marinho Fontes

Diretor Executivo
Fernando Díaz Roldán

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Isban Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Isban Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Contador

CRC nº 1 SP 120424/O-8